

CIDADES SAUDÁVEIS: UM CONVITE À REFLEXÃO

HEALTHY CITIES: AN INVITATION TO REFLECTION

JULIANA OLIVEIRA BATISTA

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo apontar alguns fatos recentes, ocorridos em contextos urbanos bastante diferenciados, para subsidiar algumas reflexões sobre o presente das nossas cidades, suas “heranças” e perspectivas, visando o alcance de um futuro mais saudável. Os cenários destes fatos pertencem a Maceió, a capital alagoana do turismo, do sol e do mar, e Santana do Ipanema, localizada no sertão do Estado, não tão conhecida quanto a capital, mas onde os desafios do século XXI apresentam-se tão complexos quanto em qualquer outra cidade brasileira. Enfocou-se a relação recíproca entre a ocupação urbana, o meio ambiente e suas implicações sociais, convidando em especial os profissionais da arquitetura e urbanismo e do design a assimilarem que o futuro das nossas cidades não será, prioritariamente, “formal”, mas ainda pode ser mais saudável do que aquele que se desenha.

Palavras-chave: Cidades saudáveis. Alagoas. Maceió. Santana do Ipanema.

ABSTRACT

This work aims to point some recent facts, what happened in very different urban contexts, proposing some ponderations about the present of our cities, its “heritages” and perspectives, looking for a more healthy future. The scenarios of these facts own to Maceió, the touristic capital of Alagoas, of sun and of beach, and Santana do Ipanema, located in the State’s west, not so known as Maceió, but a local where 21st-century challenges show as complex as in any other Brazilian city. The focus is the reciprocal relationship between urban occupation, environment, and its social implications, inviting especially architects, urbanists, and designers to assimilate that our cities future won’t be, primarily, “formal”, but it still can be more healthy than that one that is being drawn.

Keywords: Healthy cities. Alagoas. Maceió. Santana do Ipanema.

PREÂMBULO

Quando recebi o convite do PET Arq para escrever este artigo, além de honrada, confesso que me senti à vontade com o tema “cidades saudáveis”. De imediato, pensei no tema da pesquisa de iniciação científica que temos desenvolvido no Grupo de Estudos em Conforto Ambiental (GECA). Desde 2020, a realidade imposta pela pandemia da COVID-19 motivou os pesquisadores de todos os grupos de pesquisa vinculados ao Laboratório de Conforto Ambiental (Labconf) na FAU, GECA, GATU e GEAS, a estudar como as nossas edificações e as nossas cidades se apresentam como lugares aptos, ou não, para a promoção da saúde, do conforto e do bem estar, buscando alternativas para conceber, construir e adequar o espaço habitado às necessidades humanas. Portanto, o foco deste texto seria a habitação, mais especificamente a relação entre a produção habitacional em Maceió no âmbito no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e a ventilação natural: adequação bioclimática do projeto, aproveitamento da ventilação natural para o conforto térmico e a renovação do ar, e como os usuários de conjuntos habitacionais unifamiliares ocupam, percebem e são afetados pelas condições ambientais de sua habitação.

No entanto, ao me preparar para a escrita, comecei a resgatar o material utilizado nas aulas do mestrado, onde a proposta da disciplina Dinâmicas do Espaço habitado consiste em discutir este tal espaço a partir da perspectiva das duas linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, PP-GAU: Linha 1, denominada Temporalidades e apropriações, e Linha 2, Projetos e tecnologias. Paisagem, cidade, território e lugar; apropriação, configuração, planejamento e gestão; ações e impactos individuais e coletivos sobre o meio ambiente; concepção, padrões arquitetônicos, tecnologia e sustentabilidade: estes são os conceitos abordados. Que soaram bastante pertinentes ao tema desta edição da revista, me provocando (assim como durante as aulas) a refletir sobre a minha formação como arquiteta e urbanista, minha experiência e atuação como docente e pesquisadora, mas sobretudo sobre o meu papel como cidadã. Assim, construí um texto marcado por idas e vindas no tempo e em lugares familiares aqui em Alagoas, o qual compartilho despretensiosamente com você que está lendo a *Ímpeto* agora.

2004 - 2021

Já que o tema é cidade, vamos falar de duas que conheço mais “de perto”: Santana do Ipanema, onde nasci e vivi até meus 14 anos, e Maceió, onde cursei a graduação, concluída em 2004, e para onde

retornei quatro anos depois, como docente da FAU/UFAL.

Santana do Ipanema fica no sertão de Alagoas, distante 206 km de Maceió, com uma população aproximadamente vinte vezes menor do que a da capital do Estado (Figura 1). Possui clima semiárido e a economia depende primordialmente do setor de serviços e do comércio, que emprega quase 90% dos trabalhadores com ocupações formais (ALAGOAS, 2018-a). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município em 2010 era de 0,591 e o PIB per capita em 2018 era de R\$ 10.724,56 (IBGE, 2021). Ainda segundo o IBGE, Maceió, localizada no litoral alagoano, possui IDHM de 0,721, um PIB per capita superior ao dobro daquele de Santana (R\$ 22.126,34) e economia diversificada em relação a “rainha do sertão”, mas guardando as devidas proporções, os setores de serviços e comércio também representam a principal fonte de trabalho da população empregada no mercado formal.

2004 foi o ano em que concluí a graduação e o tema escolhido para o meu trabalho final foi o projeto de um Centro Comercial e de Serviços, denominado CCS – Santana do Ipanema (BATISTA, 2004). O terreno escolhido (Figura 2) situava-se próximo ao centro da cidade, às margens do córrego Camoxinga, um dos afluentes do Rio Ipanema. O Largo da Camoxinga dispunha de uma área com aproximadamente 315 m², que encontrava-se desocupada e degradada, porém com um intenso fluxo de pedestres, pois nos arredores funcionava um estacionamento de onde partiam vans e caminhonetes que transportavam pessoas para outros municípios e para a zona rural. O foco principal do projeto era aplicar conceitos de bioclimatologia, explorando estratégias arquitetônicas favoráveis ao clima semiárido, agregadas a elementos da cultura sertaneja, tais como um pátio para abrigar a tradicional feira de rua, salas para oficinas e exposição do artesanato local e um auditório/sala de projeção para realização de eventos e exibições de cinema. Assim, o projeto se justificaria também como um ponto de encontro da comunidade, que passaria a dispor de novas alternativas culturais e de lazer junto com o comércio e cursos de capacitação voltados para os artesãos locais, além de usufruir da paisagem do entorno, revitalizada e recuperada. Sobre a paisagem, destaco a representação do córrego nas figuras 3 e 4: um estreito filete de água, praticamente “seco” o ano inteiro.

Figura 1 - Mapa de Alagoas, destacando-se os municípios de Maceió e Santana do Ipanema e suas respectivas populações (estimativas para 2021).
Fonte: Adaptado de IBGE (2021).

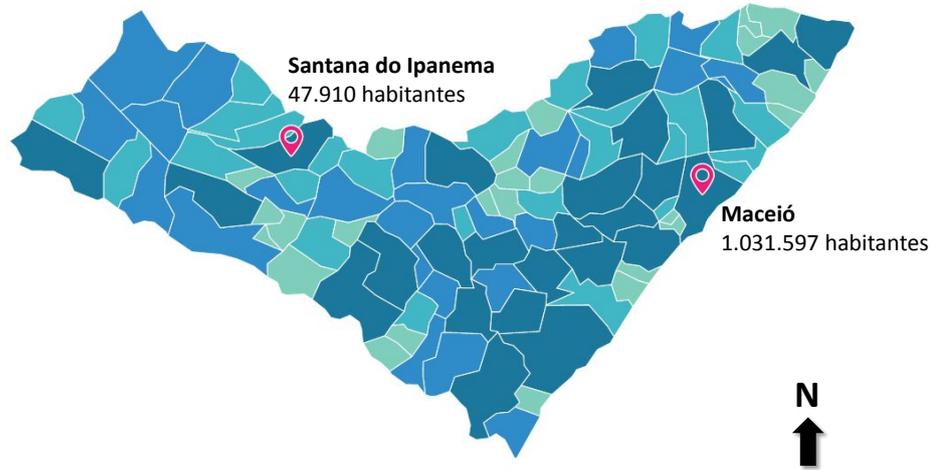


Figura 2 - Panorâmica do Largo da Camoxinga, em Santana do Ipanema, em junho de 2003.
Fonte: Batista (2004).

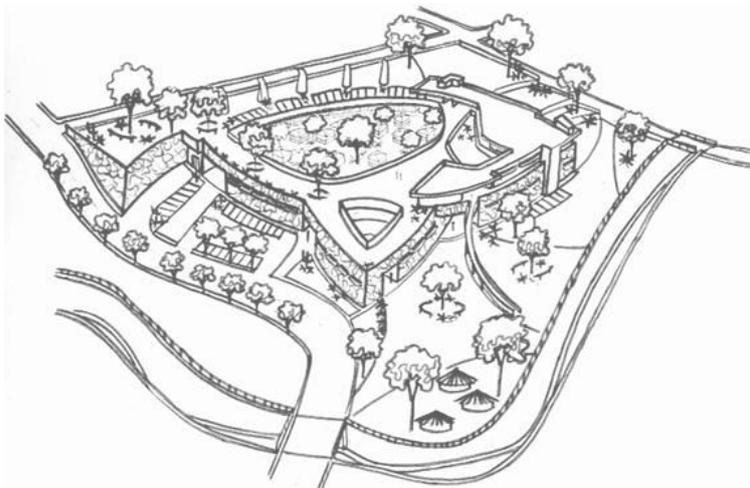


Figura 3 - Croqui do CCS-Santana.
Fonte: Batista (2004).



Figura 4 - Maquete física, CCS-Santana.
Fonte: Batista (2004).

Somente quinze anos mais tarde, em janeiro de 2019, o local, agora denominado Largo Cônego José Bulhões, havia se tornado um canteiro de obras, para a construção de um outro projeto, um Centro de Convivência. Ao invés de um edifício, estava sendo construída uma praça com arquibancadas (Figuras 5 e 6), destinada a abrigar eventos como a tradicional Festa da Juventude, realizada anualmente no mês de julho. Fiquei feliz ao constatar que aquele local estava sendo urbanizado e finalmente ofereceria uma estrutura para lazer e convívio da população, embora a degradação do córrego continuasse praticamente a mesma de 2004 (Figura 6). No mesmo ano, a 57ª edição da Festa da Juventude aconteceu no local, atraindo um público superior a 20 mil pessoas (Figura 7) e movimentando mais de R\$ 5 milhões na economia da cidade (SANTANA DO IPANEMA, 2019).

Figura 5 - Panorâmica do Largo Cônego José Bulhões, antigo Largo da Camoxinga, em janeiro de 2019.
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 6 - Obras e margem do córrego, janeiro de 2019 (A e B).
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 7 - 57ª Festa da Juventude, julho de 2019 (A e B).

Fonte: <http://www.santanadoipanema.al.gov.br/galeria/AnexoTransparencia18072019164109.jpg> e https://www.alagoasnet.com.br/v3/wp-content/uploads/2020/05/57_festa_juventude_2019_sexta-170.jpg

Avançando para março de 2020, fortes chuvas atingiram a bacia hidrográfica do Rio Ipanema, em Pernambuco e Alagoas, provocando a maior cheia desde 1980: centenas de famílias ficaram desabrigadas justamente nos primeiros dias após a Organização Mundial da Saúde decretar a pandemia mundial do coronavírus. Estradas foram interditadas, energia elétrica e sinal de telefonia foram suspensos por mais de seis horas (MALTA, 2020) (ALAGOAS, 2020). A cheia deixou um rastro de destruição ao longo do percurso do rio Ipanema (Figura 8), assim como do seu Córrego Camoxinga, aparentemente “inofensivo” (Figura 9) e trouxe consigo a ameaça de rompimento de uma barragem localizada em Águas Belas-PE, sobrepondo simultaneamente a emergência sanitária da pandemia e a iminência do agravamento de uma catástrofe ambiental já em curso, numa região marcada por elevados índices de vulnerabilidade social (FREIRE; LINS; CAVALCANTI, 2020).

Hoje, dezembro de 2021, ao refletir sobre esses acontecimentos, surpreende-me a capacidade de subestimar ou desprezar as conexões de diferentes ordens que existem dentro de um cenário urbano, assim como a interdependência entre as cidades de uma região. Se a concluinte da graduação ignorou que aquele filete azul representado na sua maquete poderia se transformar em uma torrente, capaz de destruir o edifício projetado por ela, o que dizer dos gestores que não se anteciparam ao risco de uma catástrofe natural e se dedicaram à elaboração de políticas públicas destinadas a mitigar a situação de vulnerabilidade social das populações ribeirinhas? O corpo de bombeiros e a defesa civil salvaram muitas vidas ao monitorar o nível dos rios e alertar a população para abandonarem suas casas diante da iminência da inundação. Mas, seria esta a única ação possível sob a perspectiva de uma cidade saudável em pleno século XXI?

A resposta é não.

Figura 8 - Ponte Padre José Bulhões, submersa após a cheia do rio Ipanema, 30/03/2020.

Fonte: Acervo pessoal (2020).

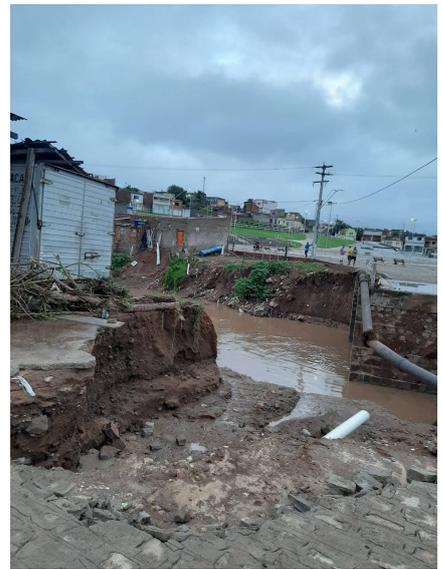


Figura 9 - Entorno do Córrego Camoxinga após a enchente de março de 2020 (A e B).

Fonte: Acervo pessoal (2020).

DAS COISAS QUE NÃO SÃO SAUDÁVEIS

Não é saudável fechar os olhos para as desigualdades sociais e os seus impactos nas nossas cidades. As consequências dessa atitude se mostram cada vez mais cruéis e acabam por afetar todas as “classes”: a ameaça da variante ômicron do vírus da COVID-19, originada no continente africano¹, onde a cobertura vacinal é baixa e a população padece de elevados índices de pobreza, atesta de forma cabal a inevitabilidade das conexões do planeta urbano². Enquanto isso, a proporção da população mundial que vive em cidades passou de 46,7% em 2000 para 56,2% em 2020, com projeção de alcançar 62,5% em 2035 (UN-HABITAT, 2020). Somente na América Latina e Caribe, no ano de 2020, esse contingente populacional representava 539 milhões de pessoas. Dados de 2018 indicavam que aproximadamente 110 milhões de pessoas residentes

¹ Para maiores informações, ver: [https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/coronavirus-disease-\(covid-19\)-variants-of-sars-cov-2](https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/coronavirus-disease-(covid-19)-variants-of-sars-cov-2). Acesso em 16 dez. 2021.

² Ver: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-12-13/agencia-de-saude-publica-da-ue-avisa-que-a-omicron-se-propaga-pelo-continente-mais-rapido-do-que-e-detectada.html>. Acesso em 16 dez. 2021.

³ A ONU-Habitat define domicílio em favela como um grupo de indivíduos que vivem sob o mesmo teto em uma área urbana e que carecem de um ou mais dos seguintes itens: 1) Moradia durável de natureza permanente que proteja contra condições climáticas extremas; 2) Espaço suficiente para morar, o que significa não mais do que três pessoas compartilhando o mesmo cômodo; 3) Fácil acesso a água potável, em quantidades suficientes, a um preço acessível; 4) Acesso a saneamento adequado na forma de banheiro privado ou público, compartilhado por um número razoável de pessoas; 5) Segurança de posse, que evite despejos forçados. Fonte: https://mirror.unhabitat.org/documents/media_centre/sowcr2006/SOWCR%205.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

⁴ Fonte: <https://www.cnbrasil.com.br/business/com-crise-hidrica-conta-de-luz-acumula-alta-de-201-nos-ultimos-doze-meses/>. Acesso em: 16 dez. 2021.

em cidades viviam em favelas (UN-HABITAT, 2020)³. Se esta proporção for mantida, em 2035 teremos cerca de 20% da população mundial “sobrevivendo” em favelas. É justo que cerca de 1.034.000 pessoas vivam em espaços subdimensionados e insalubres, sem garantia de abastecimento de água potável, de saneamento básico e tampouco de posse da sua moradia? Como almejar cidades saudáveis diante de tais perspectivas?

Não é saudável desconsiderar os impactos do crescimento das cidades sobre o meio ambiente. A cidade exerce várias “pressões” sobre os recursos naturais: contaminação de rios, do solo e do ar; ilhas de calor nos centros urbanos; inundações decorrentes do excesso de solo impermeabilizado; vulnerabilidade das redes de abastecimento de água e energia. Mesmo no Brasil, cuja matriz energética, baseada essencialmente na geração hidrelétrica, é tida como “limpa”, secas prolongadas reduzem o nível de água nos reservatórios, forçando-nos a recorrer a outras formas de geração mais danosas ao meio ambiente, a exemplo das termelétricas, além de encarecer os custos para a população. De agosto de 2020 a agosto de 2021, o custo da tarifa de energia subiu cerca de 20% no Brasil⁴.

Particularmente em Maceió, a exploração dos recursos naturais provocou uma tragédia ambiental urbana sem precedentes: o afundamento do terreno nos bairros de Pinheiro, Mutange e Bebedouro, em decorrência da extração de sal-gema no subsolo, matéria prima para a fabricação de cloro e soda cáustica, iniciada no ano de 1976. O início da mineração se deu numa época em que não existiam movimentos ambientalistas, quando a instalação de uma indústria química do porte da empresa Salgema significaria a redenção da economia alagoana, gerando emprego e renda e mudando o perfil socioeconômico do estado, secularmente dependente da produção açucareira e da agropecuária. Portanto, o fato das minas se localizarem em uma área urbana densamente povoada não foi empecilho à sua instalação, a qual foi amplamente apoiada pela mídia e governo locais (CARVALHO, 2020). Quatro décadas de exploração depois, o relatório apresentado pelo Serviço Geológico do Brasil em abril de 2019 apontou que a desestabilização das cavidades provenientes da extração de sal-gema provocou a movimentação do sal, resultando em afundamento do terreno (subsidência), trincas no solo e nas edificações em parte dos bairros citados (BRASIL, 2019). Em virtude dos danos provocados pelo processo erosivo, acelerado pela existência de áreas de alagamento e a falta de uma rede de drenagem pluvial e de saneamento básico adequados, cerca de 57 mil pessoas já tiveram que abandonar suas casas (VELEDA; ESTRELA, 2021), deixando para

trás seu patrimônio, histórias de vida e laços afetivos, restando um cenário de destruição que mais parece uma cidade fantasma (Figura 10).

Figura 10 - Imóveis abandonados no bairro do Pinheiro, Maceió (janeiro de 2021), (A e B).

Fonte: Acervo pessoal (2020).



Os impactos deste verdadeiro êxodo urbano ainda não foram dimensionados, mas já se observa o aumento dos preços dos aluguéis na cidade, enquanto o destino das áreas desocupadas, agora de propriedade da mineradora Braskem, é incerto. Acrescente-se o valor de todo patrimônio público e privado perdido além das habitações: rede viária, abastecimento de água e esgoto, linha de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), edificações históricas e todo o comércio e serviços que foram extintos de uma hora para outra. Quanto a esperada “redenção” da economia alagoana pela indústria química, não ocorreu. Segundo Carvalho (2020), a indústria química demanda mão de obra pequena, tanto de empregos diretos quanto indiretos, além de se beneficiar da isenção de impostos, tendo um peso mínimo nas contas estaduais e municipais. O drama da população afetada pode ser lido como a antítese de uma cidade saudável: uma cidade “fraturada”, que dissemina dor e prejuízo por todo o seu território, adoecendo, física e psicologicamente, seus moradores.

Não é saudável priorizar a produção de casas ao invés de construir cidades. É fato que o Brasil possui um elevado contingente populacional que não possui casa para morar, ou que mora em situações indignas demais para serem denominadas como “casa”. Dados do Censo de 2010 atestam que, na região metropolitana de Maceió, 2,36% de sua população, o equivalente a mais de 22 mil pessoas, vivia em domicílios com paredes que não eram de alvenaria ou madeira aparelhada (ATLAS BRASIL, 2010). Tal cenário parece justificar que qualquer condição de moradia minimamen-

te durável e segura seja aceitável, pois a alternativa seria viver na rua. No entanto, esta ideia é anulada já no Art. 5º da Constituição Brasileira, a qual estabelece que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). É uma pena que a inviolabilidade desses direitos ainda esteja longe de se consolidar na prática em nosso país, mas para que as nossas cidades no futuro sejam de fato mais igualitárias, democráticas e saudáveis, urgem ações imediatas e também o planejamento a médio e longo prazo. Um dos setores que demanda redirecionamentos diz respeito aos rumos da política habitacional brasileira.

Quais os resultados provocados pela intensa atividade da construção civil, impulsionada pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no cenário urbano brasileiro nos próximos anos? Esse foi um dos questionamentos propostos na publicação organizada por Ferreira, J. (2012), que pode ser respondido sob diversos enfoques. Aqui, abordarei dois: a mobilidade e a qualidade ambiental da habitação.

Segundo Ferreira, M. (2019), em Maceió, os bairros Cidade Universitária e Benedito Bentes concentram mais da metade das unidades habitacionais pertencentes as faixas 1 e 2 do PMCMV (dados referentes a 2018). O bairro Benedito Bentes se destaca por ser o mais populoso de Maceió: 107.149 habitantes, de acordo com projeção para o ano de 2020 (ALAGOAS, 2017). Até 2018, foram construídas no bairro mais de 12.000 unidades habitacionais.

Um desses conjuntos, o Residencial Aprígio Vilela, localiza-se aproximadamente a 20 km de distância do centro da cidade e possui 1923 unidades habitacionais unifamiliares (Figura 11). A área onde foi construído está classificada como Zona Residencial e Agrícola 3 no Plano Diretor do município (MACEIÓ, 2005), na qual somente é permitida a implantação de edificações horizontais, sendo proibida a implantação e exercício de atividades comerciais, de serviços e industriais. De fato, o entorno do conjunto ainda apresenta características de paisagem rural, carente de infraestrutura, transporte e segurança. De acordo com Sá (2018), o descompasso existente entre a construção de novos conjuntos habitacionais em áreas mais afastadas e a construção de instalação de equipamentos urbanos como unidades de saúde, escolas e creches resultou na sobrecarga nos serviços de educação e saúde, como também no sistema de transporte coletivo, em virtude do grande aumento de usuários. O tempo médio de uma viagem de

⁵ Ver: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/passageiros-da-agonia-prefeitura-fiscaliza-mas-maceioense-segue-obrigado-a-arriscar-a-vida-em-onibus-lotados/>. Acesso em 17 dez. 2021.

ônibus do residencial até os bairros da orla, onde se concentra boa parte da oferta de emprego em uma cidade turística como Maceió, dura mais de uma hora, e as queixas da população sobre superlotação e tempo de espera são constantes⁵. Em tempos de pandemia, tal situação impõe à população não só o incômodo de longas viagens em pé, atrasos e redução das horas de descanso, como também o maior risco de contágio pelo coronavírus e por qualquer outra doença transmissível por vias aéreas. Já as consequências para a cidade incluem congestionamentos, aumento da poluição do ar e da poluição sonora devido ao tráfego intenso, maior demanda por combustível (cada vez mais caro), entre outros.

Figura 11 - Residencial Aprígio Vilela: “viagem” para a orla, casas e localização isolada.
Fonte: Adaptado de Google Maps (2021).



Para falar sobre a qualidade ambiental da habitação, é necessário considerar múltiplos aspectos. Amorim *et al.* (2015) definem o significado de qualidade do projeto arquitetônico a partir dos conceitos de flexibilidade, funcionalidade, habitabilidade, uso sustentável de energia e da água; acessibilidade e satisfação do usuário. Enfocando aqui apenas a satisfação do usuário com relação às condições ambientais, sob o ponto de vista do conforto ambiental, este pode ser entendido como um conjunto de condições ambientais que permitem ao ser humano sentir bem estar térmico, visual, acústico e antropométrico, além de garantir a qualidade do ar e o conforto olfativo (LAMBERTS; DUTRA; PEREIRA, 2014). Para tal, é premissa básica conceber o projeto arquitetônico integra-

do às condições climáticas locais, a fim de promover a adequada captação da ventilação e a proteção contra a insolação excessiva, necessárias em climas tropicais, especialmente no nordeste brasileiro.

Lamentavelmente, unidades habitacionais idênticas são reproduzidas em larga escala em diferentes realidades climáticas, uma característica marcante da produção habitacional no país, especialmente do PMCMV (FERREIRA, J., 2012). Como resultado, tem-se um estoque de habitações inadequadas às necessidades diversas das famílias, seja por aspectos de segurança, funcionais ou ambientais, que afetam diretamente a salubridade na habitação. Destaca-se a ventilação natural, não somente pelo seu potencial como estratégia de resfriamento para a promoção do conforto térmico, mas também por sua relevância ainda maior no atual contexto de pandemia do COVID-19. Em recente pesquisa concluída pelo Grupo de Estudos em Conforto Ambiental da UFAL, ainda não publicada, foram realizadas simulações computacionais de um modelo de habitação unifamiliar utilizado em um empreendimento de grande porte localizado no bairro Cidade Universitária em Maceió, que totaliza cerca de 6000 unidades de mesma tipologia. Os resultados obtidos referentes às taxas de renovação do ar na sala, quartos e cozinha revelou valores inferiores a 2,5 l/s/m³, por mais de 80% das horas ocupadas durante o ano. Este valor é indicado pela Organização Mundial da Saúde para espaços de ocupação transitória em estabelecimentos de assistência à saúde, sendo a menor taxa recomendada para prevenir infecções a partir do uso adequado da ventilação natural (WHO, 2009). Em publicação mais recente, a OMS admite como válida a adoção dos parâmetros recomendados para esse tipo de edificação também para a habitação (WHO, 2018). Se imaginarmos que a densidade de ocupação costuma ser elevada nas habitações da periferia das grandes cidades, os riscos de disseminação de doenças se agravam pela impossibilidade de manter o distanciamento entre as pessoas. Na região metropolitana de Maceió, mais de 30% da população reside em domicílios com densidade superior a duas pessoas por dormitório (ATLAS BRASIL, 2010).

QUANTO DO NOSSO PRESENTE (E FUTURO) PODE SER SAUDÁVEL?

O propósito deste artigo não é desenhar um panorama pessimista. Os dados e reflexões compartilhados até aqui possuem o intuito de conformar um breve entendimento dos desafios e complexidades das nossas cidades, particularmente aqui em Alagoas, para despertar ações. Este entendimento deve ser buscado constante-

mente, a fim de conscientizarmo-nos sobre a urgência da antecipação diante de um futuro no qual metade da população urbana mundial não encontra uma casa pela qual pode pagar, resultando em cidades não planejadas, “informais” e incapazes de prover os serviços essenciais à sobrevivência humana com dignidade (WERTHMANN, 2014).

Assim, atendendo à chamada da 11ª edição da Revista *Ímpeto* para apresentar e compartilhar experiências positivas frente ao papel político da Arquitetura, Urbanismo e áreas afins no debate sobre saúde e bem estar nas cidades, continuarei “transitando” por Maceió e Santana do Ipanema, trazendo exemplos de ações que considero bastante significativas como soluções que tornam as cidades mais saudáveis, tanto sob o ponto de vista físico quanto psicológico de seus habitantes.

No âmbito das decisões municipais, bons resultados dependem de ações interdisciplinares, sendo o poder público responsável por regular e conduzir a ocupação do solo urbano. Inegavelmente, o efeito causado pelas soluções de arquitetura e urbanismo interferem diretamente na qualidade de vida da população, percebida coletivamente nos espaços públicos: na rua, nas praças, nos espaços livres que se configuram como espaços habitados.

Quem conhece a geografia de Maceió, conhece o termo “grotas”: vales com traçados rodoviários extremamente difíceis, que concentram 74 dos 95 aglomerados subnormais identificados na cidade pelo Censo de 2010. Estas áreas caracterizam-se ainda pelo tamanho e forma irregular dos lotes e carência de serviços públicos essenciais, como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública. Além destas 74, 26 novas grotas foram delimitadas após 2010, as quais não possuíam dados socioeconômicos oficiais (ALAGOAS, 2018-b). Em 2016, foram iniciadas melhorias de acessibilidade e mobilidade nas grotas de Maceió, com a construção de escadarias, passeios, pontilhões e corrimãos. No ano seguinte, foi firmado um projeto de cooperação técnica entre o governo estadual e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), denominado Programa “Vida Nova nas Grotas”, com o objetivo de expandir as intervenções nas grotas ocupadas da cidade, de modo a permitir uma maior integração territorial e uma redução das desigualdades socioespaciais (ALAGOAS, 2019).

Uma das ações do Programa foi a elaboração de Mapas Rápidos Participativos (MRP), destinados a “produção de conhecimento sobre os territórios a partir do levantamento de dados e informa-

⁶ Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/relatorios-des-critivos-dos-mapas-rapidos-participativos-mrp-das-grotas-de-maceio>. Acesso em: 17 dez. 2021.

ções sobre temas urbanos que impactam diretamente na qualidade de vida da população local, sobretudo com relação à condição das infraestruturas” (ALAGOAS, 2019, p. 15). A coleta de dados para a elaboração de cada MRP foi feita in loco por agentes de campo, baseada tanto na observação empírica, quanto na escuta de moradores e os relatórios descritivos das 100 grotas de Maceió encontram-se disponíveis na internet⁶.

A Figura 12 apresenta a localização da Grota Rua Belo Monte, situada no bairro Jacintinho e popularmente chamada como Aldeia do Índio 3. As imagens enumeradas indicam os limites dos pontos de vista permitidos pelo aplicativo Google Street View, podendo-se observar a placa de identificação da Grota (1); estabelecimentos comerciais e residências no entorno (2) e também o movimento intenso na Rua Breno Cansanção, onde há vários pontos de comércio nas proximidades da Escola Municipal Kátia Pimentel Assunção (3b), na direção oposta ao acesso à grota (3a), cuja imagem flagra um acúmulo de lixo bloqueando a passagem para a escadaria (registro datado de outubro de 2019). Aqui, cabe uma menção à falta de acessibilidade decorrente de uma barreira atitudinal, como se a configuração topográfica do local já não fosse uma condição desfavorável para o pedestre. Note-se ainda que os pontos 1, 2 e 3 estão fora do polígono vermelho, justamente a área classificada como menos adequada no MRP por apresentar acúmulo de lixo, muito esgoto visível e sem rampas de acesso (ALAGOAS, 2019). Ou seja, até mesmo virtualmente, a área apresenta restrições quanto a acessibilidade: está “no mapa”, porém “invisibilizada” à escala do pedestre.

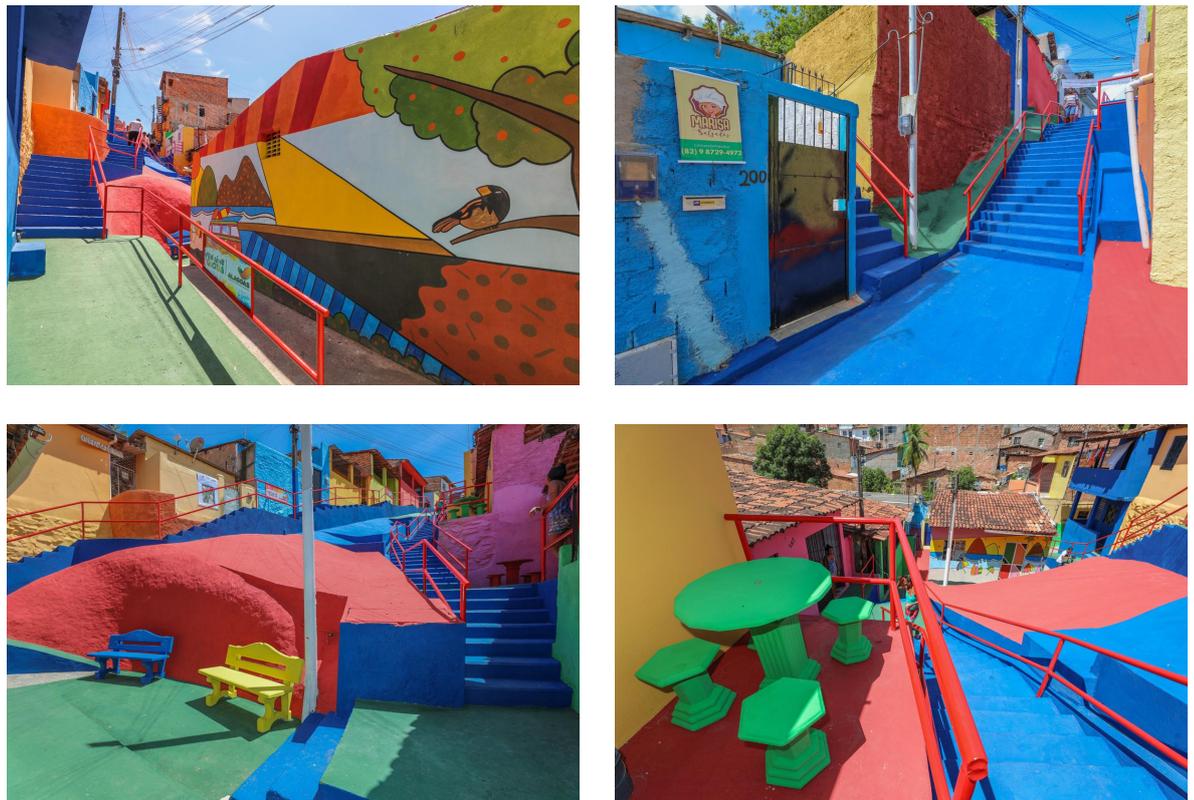
Em 18/01/2020 foram inauguradas as obras do Vida Nova nas Grotas na Grota Belo Monte: escadarias, corrimãos, canaletas e passeios, além da instalação de mobiliário urbano e inserção de painéis artísticos e pinturas coloridas nos muros da comunidade. As imagens apresentadas na Figura 13, de “dentro” da Grota, ilustram uma paisagem diferente e muito mais convidativa ao caminhar, afetando diretamente a qualidade de vida dos moradores. Depoimentos destes demonstram a satisfação por poder vivenciar um espaço melhorado, o que se reflete na autoestima de quem reside no local⁷. Longe de ser a solução para todos os problemas da população, é inegável o poder da beleza em estimular a interação com um espaço. E arquitetos e urbanistas, assim como designers, são os profissionais especialistas em lidar com os atributos estéticos de uma paisagem ou edifício (WERTHMANN, 2014).

⁷ Disponível em: <http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/32055-com-investimento-superior-a-r-620-mil-grota-belo-monte-recebe-obras-e-servicos>. Acesso em: 17 dez. 2021.

Figura 12 - Vistas dos acessos à Grota Rua Belo Monte (bairro Jacintinho).
Fonte: Adaptado de Alagoas (2019) e Google Maps (2021).



Figura 13 - Intervenções viabilizadas pelo Programa Vida Nova nas Grotas na Grota Belo Monte.
Fonte: Agência Alagoas (2020).



Ainda sobre beleza... Voltando para Santana do Ipanema em dezembro de 2020, deparei-me com a decoração de natal nas praças principais do centro da cidade. Naturalmente, as luzes, os “enfeites” e a presença de crianças correndo e brincando já chamariam a atenção da arquiteta e urbanista sertaneja que não perde uma chance de falar da sua terra (você que está lendo já deve ter per-

cebido isso). Mas o resultado das reformas realizadas na praça da matriz de Senhora Santana demonstrava como uma concepção de espaço público mais próxima das necessidades da população é perceptível “ao vivo”, pela forma como as pessoas circulam e aproveitam o espaço.

⁸ Vale a pena salientar que o uso de fontes de água representa uma estratégia de resfriamento interessante para o clima semi-árido, caracterizado por temperatura elevadas e baixos índices de umidade. Ao evaporar, a água e o ar trocam calor sensível por calor latente, resultando na redução da temperatura de bulbo seco (SILVA, 2004). Fontes em áreas externas, principalmente quando acompanhadas de vegetação, criam um microclima agradável, afetando a sensação térmica e também produzindo um efeito psicológico benéfico para os pedestres.

Figura 14 - Praça da igreja matriz de Senhora Santana, antes da reforma concluída em 2020.

Fonte: Biblioteca Pública de Santana do Ipanema (2018) e Acervo da autora (2020).

A Figura 14 ilustra a configuração anterior da praça: na vista aérea (imagem da esquerda), observa-se a fonte luminosa na extremidade esquerda da praça (vazia e sem funcionamento) e uma concha acústica na extremidade direita, tendo ao centro algumas árvores sombreando áreas de circulação e permanência. Na imagem da direita, que registra a vista a partir de uma janela lateral existente no mezanino da igreja matriz, percebe-se a área da concha acústica desocupada e algumas barracas mais à esquerda, destinada à venda de lanches. É fácil concluir o porquê de não visualizarmos pessoas ocupando uma área não sombreada ao meio dia de janeiro, em pleno semiárido, quando a temperatura externa facilmente ultrapassa os 35°C. Acrescentem-se ainda os muitos desníveis e obstáculos prejudicando a acessibilidade. Já a Figura 15 ilustra alguns vistas da praça após as reformas. A concha acústica foi substituída por uma praça de alimentação coberta, dotada de rampas e corrimãos; a antiga fonte luminosa foi removida, dando lugar a um totem “instagramável” (por que não aderir à modinha atual, não é mesmo?), mas uma nova fonte luminosa, menor e de manutenção menos complexa⁸, foi construída na porção central da praça. Pode perceber um movimento maior de pessoas utilizando o local como opção de lazer em diferentes momentos do dia, inclusive “posando” junto ao totem “Eu Amo Santana” (mesmo ao meio-dia, rapidinho).

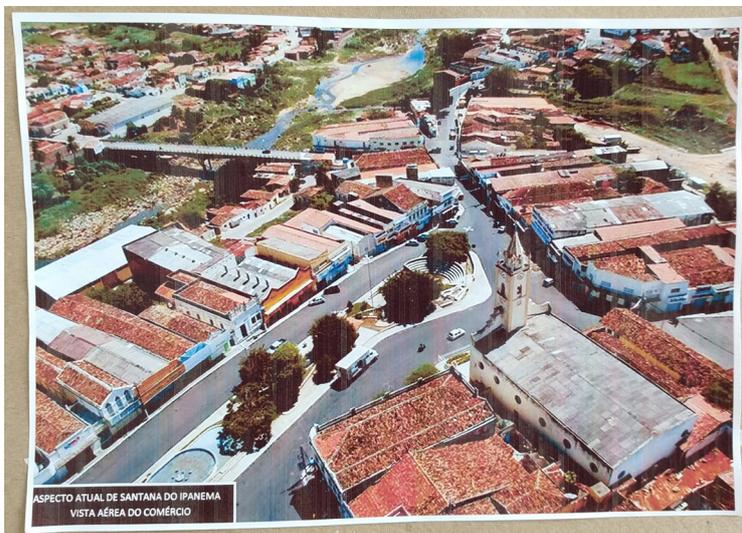




Figura 15 - Praça da igreja matriz de Senhora Santana, após as reformas (dezembro de 2020).

Fonte: Acervo da autora (2020).

Tenho a impressão que arquitetos, urbanistas e designers, por lidarem com projeto – algo A SER realizado, A SER construído – muitas vezes parecem estar olhando somente para o futuro. Porém, penso que para acessarmos um futuro mais saudável em nossas cidades, o PRESENTE necessita tornar-se factível de oferecer resultados. Os exemplos citados, retirados de uma realidade próxima (e recente) a nós, alagoanos, ilustram faces ruins e boas das nossas cidades, demonstrando seus desafios e complexidades, mas também soluções. Estas podem não ser perfeitas, ou totalmente capazes de transformar a realidade em seus aspectos mais urgentes, mas certamente são sensíveis, humanas, e “viviáveis” pelas pessoas. Afinal, as cidades deveriam ser feitas para elas, considerando todas as diversidades existentes, do modo mais igualitário e democrático possível. Além da preservação da natureza, da erradicação da pobreza, da possibilidade de viver espaços agradáveis, convidativos, confortáveis... precisamos CONHECER nossas cidades: sua história, sua cultura (Figuras 16 e 17), seus problemas, suas oportunidades. Afinal, somos capazes de valorizar e cuidar melhor daquilo que conhecemos. Christian Werthmann (2014), professor de arquitetura paisagística e design na Universidade de Hannover, enumerou dez pontos⁹ para os profissionais que atuam na concepção e construção das nossas cidades. O professor defende que estes devem projetar tendo em mente conceitos como compreensão, colaboração e transdisciplinaridade, reconhecendo o direito das pessoas a habitar um lugar, valorizando não somente os resultados, mas sobretudo o processo, a fim de prover o básico: água, comida e geração de renda. Não esquecendo, logicamente, que a autoestima é muito importante e cada lugar possui sua beleza específica, com a qual é necessário interagir.

Assim, encerro este texto com uma citação de Werthmann (2014), que dedico especialmente aos jovens arquitetos, urbanistas e *designers* em formação:

⁹ Metropolis Non-Formal: 10 things designers need to work on. Duração: 13min 54seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hJiLiMl-Fotw&list=PLTQZbEc6Bv-5-Hja_AppdM6gkXp98C-0lCa&index=12. Acesso em: 19 dez. 2021.

Figura 16 - 9ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas, bairro de Jaraguá, novembro de 2019.

Fonte: Acervo da autora (2019).



Figura 17 - Projeto afro-cultural Vamos Subir a Serra, praça Multieventos, novembro de 2021.

Fonte: Acervo da autora (2021).



[...] os designers deveriam pensar sobre estes dez pontos quando forem trabalhar em áreas de baixa-renda; coisas que devemos aprender e em que devemos treinar nossos jovens designers, porque se os treinarmos para trabalhar somente em 'condições formais' estaremos deixando de lado metade da nossa organização futura.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Tribunal de Justiça de Alagoas. **Projeção da população residente nos municípios alagoanos e dos bairros de Maceió: 2017 e 2020.** Maceió: APMP, 2017. Disponível em: https://www.tjal.jus.br/apmp/APMP_RELATORIO_2020.pdf. Acesso em: 18 dez. 2021.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Santana do Ipanema: Perfil Municipal 2018.** Maceió: 2018-a. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/municipio-de-santana-do-ipanema/resource/bbe635a1-194e-4bd2-affb-59055d904601>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Notas técnicas. **Identificação do número de grotas para o Projeto Vida Nova nas Grotas.** Maceió: SINC, 2018-b. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/0e2219da-e9f7-4ded-ae52-aa6726250f60/resource/c13cfb-26-47f7-48c1-9fc8-84555f959e9d/download/notatecnicaidentificacaodasgrotasfinal.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ALAGOAS. Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento. **Mapa Rápido Participativo:** Rua Belo Monte. Maceió:

SINC, 2019. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/relatorios-descritivos-dos-mapas-rapidos-participativos-mrp-das-grotas-de-maceio>. Acesso em: 19 dez. 2021.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. **Semarh emite alerta hidrológico sobre nível do Rio Ipanema**. Disponível em: <http://www.semarh.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2020/marco-2020/semarh-emite-aviso-hidrologico-sobre-elevacao-do-nivel-do-rio-ipanema>. Acesso em: 19 dez. 2021.

AMORIM, C.; GUINANCIO, C.; IKEDA, D. F. R.; PEIXOTO, E. R. Qualidade de projeto arquitetônico. In: BLUMENSCHHEIN, Raquel Naves; PEIXOTO, Elaine Ribeiro; GUINANCIO, Cristiane (Org.). **Habitação de interesse social: projetos urbanístico e arquitetônico e qualidade construtiva**. Brasília: UNB, 2015. p. 102-139.

ATLAS BRASIL. % de pessoas em domicílios com paredes que não sejam de alvenaria ou madeira aparelhada. Mapa da região metropolitana de Maceió-AL. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/consulta/map>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BATISTA, J. O. 2004. 53 f. **Arquitetura bioclimática para o semi-árido alagoano: Centro Comercial e de Serviços em Santana do Ipanema**. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2004.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 dez. 2021.

BRASIL. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (CPRM). **Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL)**. Relatório síntese dos resultados nº 1. Brasília: CPRM, 2019. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/21133/1/relatoriosintese.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2021.

CARVALHO, C. P. de. **Subsidiência e Resiliências Urbanas: diálogos sobre os bairros atingidos pela extração da sal-gema**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=INXCXdiycpo&t=43s>. Acesso em: 16 dez. 2021.

FERREIRA, J. S. W. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano**. São Paulo: LABHAB/FUPAM, 2012.

Disponível em: http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/ferreira_2012_produzirhab_cidades.pdf. Acesso em 04 dez. 2020.

FERREIRA, M. P. T. **Avaliação do conforto térmico com base em critérios normativos em apartamentos representativos do Programa Minha Casa Minha Vida em Maceió-AL.** 2019. 192 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

FREIRE, N. C. F.; LINS, R. D. B.; CAVALCANTI, D. Novas emergências no território de Alagoas: difusão da pandemia COVID-19, rompimento de barragem e afundamento de bairros. **Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde.** Edição Especial: Covid-19, Jun./2020 p.436 – 440.

IBGE. **População estimada: 2021.** Cidades. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 18 dez. 2021.

LAMBERTS, R.; DUTRA, L.; PEREIRA, F. O. R. **Eficiência energética na arquitetura.** 3. ed. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://labeee.ufsc.br/sites/default/files/apostilas/eficiencia_energetica_na_arquitetura.pdf. Acesso em: 19 dez. 2021.

MACEIÓ. PREFEITURA MUNICIPAL. **Plano Diretor:** Maceió - Alagoas. Lei municipal n° 5.486, de 30 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.sedet.maceio.al.gov.br/servicos/pdf/plano_diretor/00_lei_municipal_5486.pdf. Acesso em: 19 dez. 2021.

MALTA, L. **Enchente do rio Ipanema interdita rodovias e fecha cidade de Santana do Ipanema.** Disponível em: <https://www.alagoasnanet.com.br/v3/enchente-do-rio-ipanema-interdita-rodovias-e-fecha-cidade-de-santana-do-ipanema/>. Acesso em: 19 dez. 2021.

SÁ, V. R. C. **"Comércio? Não, não tem! Mas sempre aparece."** 2018. 222 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

SANTANA DO IPANEMA. Prefeitura Municipal. **Festa da Juventude movimentou mais de R\$ 5 milhões no comércio de Santana do Ipanema.** Disponível em: <http://www.santanadoipanema>.

al.gov.br/noticia/Festa-da-Juventude-movimenta-mais-de-R\$-5-milh%C3%B5es-no-com%C3%A9rcio-de-Santana-do-Ipanema. Acesso em: 20 dez. 2021.

SILVA, A. C. S. B. da, 2004. 183 f. **Simulação de resfriamento evaporativo por microaspersão d'água**. Tese de doutorado (Programa de pós-graduação em Engenharia de Civil) - Depto. de Engenharia Civil, Programa de pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

UNITED NATIONS. Human Settlements Programme (UN-Habitat). Urbanization and Cities: Trends of a New Global Force. In: **World Cities Report 2020: The Value of Sustainable Urbanization**. Nairobi: UN-HABITAT, 2020, p. 1-42. Disponível em: <https://unhabitat.org/World%20Cities%20Report%202020>. Acesso em: 20 dez. 2021.

VELEDA, R.; ESTRELA, I. **Maceió está afundando**. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/afundamento-de-maceio-provoca-exodo-urbano-de-55-mil-pessoas>. Metrôpoles. 23/05/2021 5:30, atualizado em 23/05/2021 13:02. Acesso em: 19 dez. 2021.

WERTHMANN, C. **Metropolis Non-Formal**: 10 things designers need to work on. Duração: 13min 54seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hJiLiMlFotw&list=PLTQZbEc6Bv-5-Hja_AppdM6gkXp98C01Ca&index=12. Acesso em: 19 dez. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Natural ventilation for infection control in health-care settings**. World Health Organization, 2009. Disponível em: https://www.who.int/water_sanitation_health/publications/natural_ventilation.pdf. Acesso em: 24 jul. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. High indoor temperatures. In: **WHO Housing and health guidelines**. Switzerland: WHO, 2018, p. 43-54.

JULIANA OLIVEIRA BATISTA

Arquiteta e Urbanista (UFAL, 2004), Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, FAU/UFAL (Área de estudos: Tecnologia), mestre em Arquitetura e Urbanismo (Projeto e Tecnologia do Ambiente Construído, PósArq/UFSC, 2006), doutora em Engenharia Civil (Construção Civil, PPGEC/UFSC, 2011). Pesquisadora na área de desempenho térmico de edificações, arquitetura bioclimática e eficiência energética, com ênfase no projeto e avaliação da habitação.

E-mail: juliana.batista@fau.ufal.br